



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

## Parecer Jurídico

**PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023**

### INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

---

**Protocolo**

- Número: 2020/0000033941

- Data Protocolo: 19/11/2020

**Empreendimento**

- Nome/Razão Social/Denominação: VILLE FRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Assunto**

Parecer Jurídico

### ANÁLISE JURÍDICA

---

**PROCESSO SIMLAM: 33941/2020**

**INTERESSADO: VILLE FRANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

**EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. DEIXAR DE ATENDER EXIGÊNCIAS LEGAIS. ART. 80, DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008. ART. 118, INCISO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/1995 E ART. 70, DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998. SEM DEFESA. PROCEDÊNCIA: APLICAÇÃO DE MULTA.**

## 1. DOS FATOS

O processo teve origem com a Ordem de Fiscalização Nº 0-20-09/038, tendo como objetivo realizar fiscalização ambiental em atendimento a solicitação do Ministério Público Federal (28930/2018), assim como, denúncia encaminhada da OUVIDORIA 652143/2020 (PAE), localizadas no município de Ananindeua/PA.

No Relatório de Fiscalização Nº **REF-1-S/20-11-00755**, consta que, no dia 03/09/2020, ocorreu a fiscalização nas proximidades do Rio Maguari, na Rua do Fio, nas proximidades da casa Nº 41, Bairro do Maguari, Ananindeua/PA nos limites das coordenadas geográficas S 01°21'08.385"W 48°22'53.497" e S 01°22'39.652"W 48°20'49.906".

Conforme a denúncia, formalizada por morador da Estrada do Maguari, Rua do Fio, 43, Maguari, Ananindeua/PA em 08/09/2017, onde relatou que o terreno localizado nos



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 35490/CONJUR/GABSEC/2023

fundos de sua residência foi alvo de desmatamento pela prefeitura municipal de Ananindeua, que a vegetação oriunda do desmatamento foi jogada no rio Maguari o que vem causando inúmeros transtornos, já que o entulho está obstruindo o curso d'água.

Que a Prefeitura de Ananindeua, como responsável, deveria realizar obras de drenagem e dragagem, visto que a mesma recebeu recursos da Caixa Econômica Federal para gerir tais melhorias. E até o presente momento não realizou estas obras.

Foi constatado que se trata de uma área de ocupação em APP (área de preservação permanente) caracterizada como várzea. Existem habitações variadas (casas, barracos e palafitas), com construções antigas, recém-construídas e outras em construção.

Ficou constatado desmatamento no leito do rio, inclusive com resíduos florestais acondicionados na margem, e características de degradação ambiental (assoreamento, modificação da coloração da água, odor desagradável, população de plantas invasoras e bio indicadoras de degradação ambiental). Não foi identificada a execução de obras recentes ou antigas e a presença de ações do poder público ligadas à situação relatada na denúncia.

Foi solicitada ao CIMAM a análise temporal para averiguar as mudanças ocorridas no local, desde 2015, data da primeira manifestação do denunciante sobre o caso feita ao Ministério Público do Estado do Pará.

Conforme a análise das imagens de satélite (mapa anexo), há uma área da Rua do Fio, que apresentou grande variação florística, em 2015 apresentava vegetação e em 2020 apresenta abertura de ruas pavimentadas e construções.

Com base no exposto, no dia 03/09/2020 após fiscalização, constata-se que os fatos narrados são gerados pela ocupação popular com baixo grau de infraestrutura.

Sobre o desmatamento detectado por análise multitemporal de imagens de satélite realizada pelo CIMAM foi emitida o TERMO DE NOTIFICAÇÃO TNO-1-S/20-09-00014, a fim de que a Prefeitura Municipal de Ananindeua se apresente junto a esta SEMAS com autorização ambiental para supressão vegetal detectada ou com contra argumentação à denúncia, caso não possua a referida autorização ambiental ou mesmo não seja autora da supressão em análise, neste caso, apresentar declaração por escrito.

Em parte a área desmatada está assento um loteamento para o qual foi emitido o



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO TNO-1-S/20-09-00015** em nome da **VILLE FRANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, visto que foi a empresa que realizou tal obra: que seja apresentado junto a SEMAS a autorização de supressão de vegetação, a Licença de instalação e a licença de operação, se for o caso, outorga de uso de recursos hídricos e outorga de lançamento. Nos casos das outorgas, se não se fizer necessário, que seja apresentada declaração de como será realizado o abastecimento de água e como será o lançamento dos efluentes domésticos.

Foi tomada a decisão de lavrar termos de notificação uma vez, que em conversa, na ocasião da fiscalização, com o Diretor de Meio Ambiente do Município de Ananindeua foi informado a equipe de fiscalização que a prefeitura não havia realizado o desmatamento em questão e sim que a **VILLE FRANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, mas que estava toda licenciada pela SEMMA de Ananindeua, incluindo a autorização de supressão vegetal, e que eles poderiam encaminhar esses documentos, assim como, uma declaração esclarecendo as formas que são realizadas o trabalho de limpeza do trecho, em questão, do rio Maguari.

Diante o exposto, foi lavrado os **Autos de Infração nº AUT-1-S/20-11-00623**, em face de **VILLE FRANÇA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA**, CNPJ: **26.371.262/0001-56**, no dia **18/11/2020**, em face de deixar de atender exigências legais quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente, Termo de Notificação TNO-1-S/20-09-00015 no prazo concedido de 14 (quatorze) dias, visando à regularização ambiental, contrariando o Art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o Art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998.

Tendo a notificação nº 139002/2021, recebida no dia 11/03/2021 e notificação nº 150556/2021, recebida em 11/05/2021, ambas enviadas via Correios, o autuado foi devidamente notificado e cientificado acerca do Auto de Infração e, do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa administrativa punitiva.

Nesse sentido, até a presente data não houve qualquer manifestação de defesa administrativa contra o Auto de Infração AUT-1-S/20-11-00623 lavrado no dia 03/11/2020, em desfavor do autuado.



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023

E o relatório.

## 2. FUNDAMENTACAO JURIDICA

Primeiramente, é importante salientarmos que no presente feito será aplicada a Lei Estadual nº 5.887/1995, em conformidade com o Parecer Orientativo em PAE nº 352800/2023, produzido em Parecer Jurídico nº 34149/CONJUR/GABSEC/2023, face aos princípios da segurança jurídica e do tempus regit actum na aplicação da norma vigente ao tempo do fato e mais favorável ao autuado no que tange à matéria de direito material.

## 3. DA PROTECAO DO MEIO AMBIENTE

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas a garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, incluindo os Estados, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei no. 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 35490/CONJUR/GABSEC/2023

seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

### 3.1. DA INFRAÇÃO E DA TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade.

Além disso, salientamos que tanto o auto de infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na ação do autuado, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como a autuação.

Assim, presentes a autoria e a materialidade da infração, o autuado infringiu os dispositivos a seguir elencados:

***Lei Federal Nº 9.605/1998***

***Art. 70.*** Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

***Lei Estadual 5.887/1995***

***Art. 118.*** Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

*VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.*

***Lei Estadual 6.514/2008***

***Art. 80.*** Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental.

Evidenciada esta, portanto, a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra o autuado.



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023

**3.2. DA GRADACAO DA PENA**

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente, e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual n. 5.887/95, bem como pelos artigos 15 a 20 da nova lei do processo infracional ambiental (Lei Estadual n.º 9.575/2022) que entrou em vigor em 08/11/2022.

A Lei n. 9.575/2022 em seu artigo 15 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da prescrição da multa, nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, os princípios da educação ambiental e da prevenção, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, inciso X, da Lei no. 6.938/81, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, inculcando-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antônio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção.

Desta forma, e imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido a custa da inobservância das normas ambientais.

De acordo com as informações constantes nos autos, no caso em tela, foram vislumbradas circunstâncias agravantes presentes no art. 132, II e IV da Lei Estadual nº 5.887/95, por ter da infração resultar consequências graves para o meio ambiente ou para a saúde pública,

Acerca das circunstâncias atenuantes, não foram identificadas no presente processo infracional.



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e do dano ambiental causado, caracteriza-se a infração aqui analisada como **GRAVE**, recomendando-se a este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de **MULTA SIMPLES** fixada em **7.501 UPF** 'S.

Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação imediata, a partir da publicação da mesma, inclusive com efeitos **ex tunc**.

### 3.3. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cabe destacar que nos termos da nova lei estadual para apuração de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei estadual n.º 9.575/2022), a conciliação ambiental poderá encerrar o processo de infrações ambientais mediante uma das soluções legais previstas em lei a ser avaliadas junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação de maneira imediata a partir da publicação da mesma, senão vejamos:

*Art. 58. Esta Lei entrará em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, exceto o § 2º do art. 11 e arts. 44, 45, 54 e 55 desta Lei, que entrarão em vigor na data de publicação com efeito ex tunc aos processos administrativos infracionais em curso no órgão ambiental, para fins de conciliação e conversão de multa.*

Desse modo, considerando que a lei entrou em vigor em 08/11/2022, bem como considerando o decreto 2.856/2023, segue-se aplicando os seguintes dispositivos da lei:

*Art. 30. O desconto será concedido sobre o valor da multa simples aplicada pelo órgão ambiental estadual autuante, nos seguintes termos:*

*I - 50% (cinquenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer durante a vigência do prazo para defesa;*

*II - 45% (quarenta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após o prazo de defesa e até a decisão de primeira instância, quando interposta*





Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35490/CONJUR/GABSEC/2023

*defesa pelo autuado;*

*III - 40% (quarenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a notificação dos processos passivos de que trata este Decreto;*

*IV - 35% (trinta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a decisão de primeira instância e até a decisão de segunda instância;*

*V - 30% (trinta por cento) para pagamento do débito de forma parcelada, com a devida correção monetária pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).*

Portanto, cabe a análise pelo NUCAM do pedido de conciliação do autuado, utilizando como parâmetros para os percentuais de desconto na multa do Decreto Estadual n.º 2.856/2023.

#### 4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela manutenção do Auto de Infração n.º **Auto de Infração N° AUT-1-S/20-11-00623**, em face de **VILLE FRANÇA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, CNPJ: 26.371.262/0001-56**, contrariando o Art. 80, do Decreto Federal n° 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, inciso VI, da Lei Estadual n° 5.887/1995, em consonância com o Art. 70, da Lei Federal n° 9.605/1998.

Sendo assim, sugerindo que seja aplicada a penalidade de **Multa Simples no valor de 7.501 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos da Lei estadual n.º 9.575/2022.

É o parecer, salvo melhor juízo.

**ROBERTA CARVALHO DA SILVA**  
**PROCURADORA DO ESTADO**  
**CONJUR/SEMAS**

Belém - PA, 14 de Novembro de 2023.





Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

**PJ Nº:** 35490/CONJUR/GABSEC/2023

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- ROBERTA CARVALHO DA SILVA 14/11/2023 - 14:57;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/PNhF>

